



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 38/2021

ARP nº 38/2021

PROCESSO nº. 0000835-28.2020.6.22.8000 - SEI

PREGÃO ELETRÔNICO nº. 23/2021(SRP)

A UNIÃO, através do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, inscrito no CNPJ sob o nº 04.565.735/0001-13, com sede à Avenida Presidente Dutra, nº. 1889, Baixa União, CEP: 76.805-859, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, por intermédio de sua Diretora Geral, senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 294.893-SSP/RO e do CPF nº. 475.106.849-00, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR, RESOLVE**, nos termos da Lei 8.666/1993 e do Decreto 7.892/2013, em face das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico supramencionado, **REGISTRAR O PREÇO DOS PRODUTOS ABAIXO DISCRIMINADOS**, conforme descrito no Anexo I do Edital de Pregão respectivo, da licitante **M. ALCIONE DOS SANTOS GONCALVES**, inscrita no CNPJ sob o nº. 10.934.762/0001-19, com sede na Rua Sargento Maurício, nº 21, Bairro da Areia, Bacabal-MA, CEP: 65.700-000. Telefone(s): (99) 3621-8534, (99) 98263.5353, (99) 99952-2131 (Whatsapp), e E-mail(s): dyonnyspersonal@hotmail.com e personalic@hotmail.com, neste ato representada pela senhora **MARIA ALCIONE DOS SANTOS GONÇALVES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 035816142008-9/SSP-MA e do CPF nº. 033.244.963-73, doravante denominada simplesmente **ADJUDICATÁRIA**.

1.1. Ficam registrados para os itens abaixo especificados os seguintes preços:

Item	Especificação	Unid	Quant	Valor Unit. R\$	Valor total R\$
01	Item 02 do Edital. Adaptador conector. Adaptador DisplayPort macho para HDMI fêmea, cor preta ou branca, tipo cabo adaptador, compatível com DP 1.1 e 1.2, mínimo	Unid.	50	30,00	1.500,00

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	10cm do comprimento do cabo, resolução de saída suportada até 1080p, suporte “plug and play”. Embalagem Individual. Marca: F3.				
02	Item 06 do Edital. Cabo usb. Cabo Carregador Padrão USB Macho x Mini USB Macho 5 Pinos (V3), cor preta, Tipo A em uma extremidade e Mini USB 5 Pinos em outra. Cabo reforçado para maior durabilidade. Comprimento: 120cm. Marca: Chip Sce.	Unid.	50	11,33	566,50
03	Item 07 do Edital. Cabo extensor. Cabo HDMI macho para HDMI macho, 19 pinos, padrão 2.0, compatível com versão 1.4; pontas douradas, uso em PC ou Televisor com entrada HDMI, cabo revestido em PVC de alta qualidade; cor preta; tamanho mínimo de 1,8 metros. Embalagem individual. Marca: Pix.	Unid.	20	15,50	310,00
04	Item 08 do Edital. Cabo extensor. Cabo HDMI macho para HDMI macho, 19 pinos, padrão 2.0, compatível com versão 1.4; pontas douradas, uso em PC ou Televisor com entrada HDMI, cabo revestido em PVC de alta qualidade; cor preta; tamanho mínimo de 3 metros. Embalagem individual. Marca: Pix.	Unid.	20	17,90	358,00
Valor total da ARP, R\$					2.734,50

1.2. No Anexo II do instrumento convocatório são apresentados os quantitativos estimados para aquisição, os quais serão adquiridos de acordo com a necessidade e conveniência do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, mediante a expedição de Nota(s) de Empenho de Despesa.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1.3. O prazo de entrega dos materiais é de, no máximo, 30 (*trinta*) dias consecutivos, a contar da data de recebimento da(s) Nota(s) de Empenho de Despesa.

1.4. O material solicitado deverá ser entregue no Depósito da Seção de Almoxarifado – SEALM, sito à Av. Presidente Dutra, n. 1889, bairro Baixa da União – Porto Velho/RO - CEP: 76.805-859, sendo que o fornecedor poderá se informar com mais detalhes para efetuar a entrega pelos telefones da SEALM: (69) 3211-2268 / 2051/ 2092 / 2000, observando que o horário normal de recebimento dos materiais é de segunda à sexta-feira, das 08h às 12h e das 14h às 18h.

1.5. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica - ou por outros meios previstos na legislação de licitações, para a aquisição pretendida, assegurado ao detentor do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

1.6. A presente Ata de Registro de Preços tem prazo de vigência de 12 (doze) meses, a contar de sua publicação no órgão oficial da Administração, não podendo ser prorrogada.

1.7. A Gestão e a Fiscalização deste objeto serão realizadas pelo titular da Seção de Almoxarifado, ou por quem suas vezes fizer, cabendo-lhe, nessa condição, as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008.

1.8. Não houve adesão ao cadastro reserva desta Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim acordados, lavrou-se o presente instrumento, que após lido e achado conforme foi assinado pelas partes por meio do Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRE-RO, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho-RO, 23 de dezembro de 2021.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES

Pelo TRE-RO Órgão Gerenciador

**MARIA ALCIONE DOS
SANTOS GONCALVES**

Pela Adjudicatária Fornecedor



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<p>Aldací Souza Mota CPF: 326.504.772-53 Testemunha</p>	<p>Luciano da Silva Santos CPF: 812.434.482-53 Testemunha</p>
---	---



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 23/12/2021, às 19:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARIA ALCIONE DOS SANTOS GONÇALVES, Usuário Externo**, em 27/12/2021, às 17:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 28/12/2021, às 10:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO DA SILVA SANTOS, Auxiliar Administrativo(a)**, em 28/12/2021, às 13:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0775803** e o código CRC **8BCE0939**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0000835-28.2020.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE ALMOXARIFADO

ASSUNTO: Final de Pregão Eletrônico - RP - contratação de pessoa jurídica para fornecimento de **MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS**. **Análise.**

PARECER JURÍDICO Nº 223 / 2021 - PRES/DG/AJDG

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da Seção de Almoxarifado (SEALM), com o objetivo de eventual aquisição de **MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS**, via Sistema de Registro de Preços, para suprir as necessidades ordinárias do estoque da Seção de Almoxarifado deste Tribunal, no exercício de 2021 e 2022 ([0512589](#)).

02. Após regular tramitação, o Edital de Pregão Eletrônico nº 10/2021 e seus Anexos, aprovado por esta Assessoria Jurídica da Diretoria-geral (AJDG) - [0712845](#), foi publicado, conforme comprovantes das publicações juntadas aos autos ([0713343](#)). Contudo, a sessão do PE citado, agendada para 23/07/2021 às 14h30 (horário de Brasília), foi suspensa pela diretora geral em razão da necessidade de revisão e retificação no TR e Edital, como se verifica no Despacho nº 937/2021 – PRES/DG/GABDG (0718390) e Aviso de suspensão publicado no DOU nº 139/2021 ([0718773](#)).

03. Diante disso, realizou-se os ajustes imprescindíveis no TR e a SLC elaborou uma nova minuta de edital ([0749176](#)) que foi aprovada por esta unidade no Parecer nº 181/2021 – PRES/DG/AJDG ([0753067](#)). Ainda, é importante registrar que, em virtude a limitação do sistema Comprasnet, não foi possível utilizar o mesmo número do pregão anterior (10/2021), portanto, a nova minuta converteu-se no Edital de PE nº 23/2021 ([0753550](#)),

04. Os documentos comprobatórios da divulgação deste último instrumento convocatório foram juntados no evento [0754376](#).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

05. Não houve pedido de esclarecimento nem impugnação ao Edital.

06. Na sequência, vieram aos autos os seguintes documentos extraídos do certame:

a) Relatório de propostas ([0760010](#));

b) Propostas das licitantes DARLU INDUSTRIA TEXTIL LTDA ([0760951](#), [0760956](#) e [0760974](#)), EASYTECH INFORMATICA E SERVICOS LTDA ([0760961](#) e [0760962](#)), ELETROQUIP COMERCIO E LICITACOES LTDA ([0760965](#) e [0760967](#)), M. ALCIONE DOS SANTOS GONCALVES ([0760986](#), [0760988](#) e [0761619](#)), R R G DOS SANTOS ([0761036](#) e [0761654](#)), RRM SERVICOS E COMERCIO DE CARTUCHOS LTDA ([0761040](#) e [0761650](#)), GYN COMERCIO DE PRODUTOS EM T.I EIRELI ([0761613](#) e [0761614](#));

c) manifestações da unidade técnica – SEALM – solicitadas pelo pregoeiro quanto aos documentos apresentados pelas licitantes durante o certame ([0760703](#) e [0761168](#));

d) documentos de habilitação das empresas que tiveram suas propostas aceitas ([0761664](#), [0761666](#), [0761670](#), [0761673](#), [0761678](#), [0761682](#), [0761684](#), [0761701](#) e [0761704](#)).

07. Na continuidade o Pregoeiro trouxe aos autos a Ata do certame ([0762170](#)), o Resultado por Fornecedor ([0762173](#)), o Termo de Adjudicação ([0762171](#)) e o Resultado de Licitação publicado ([0762741](#)).

08. Por fim, em seu Relatório nº 48/2021 – PRES/DG/SAODC/COMAP/SLC ([0762588](#)), o pregoeiro relata as principais ocorrências da competição.

09. Assim, vieram os autos para análise desta Assessoria Jurídica ([0762742](#)). **É o breve e necessário relato.**

II – ANÁLISE JURÍDICA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2021



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

10. Desencadeada a fase externa da competição, nota-se a observância do art. 4º, inc. V, da Lei nº 10.520/2002 c/c art. 25 do Decreto Federal nº 10.024/19, dando-se a devida divulgação do aviso de licitação, com observância do prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis da publicação para o recebimento das propostas, em atendimento ao disposto no citado Decreto ([0754376](#)).

11. Na publicação do aviso consta a definição do objeto e a indicação do local, dias e horários em que poderá ser obtida a íntegra do Edital e o endereço eletrônico onde ocorrerá a sessão pública, com a data e hora de sua realização, em observância ao art. 4º, inc. II, da Lei nº 10.520/2002.

12. Destarte, passa-se à análise do procedimento propriamente dito, tomando-se os elementos constantes dos autos e as ocorrências contidas no relatório do Pregoeiro:

a) Pedido de esclarecimentos e impugnação ao Edital:

Não houve.

b) Desclassificação da proposta de forma sumária – item 6.2 do edital: Não houve.

c) Lances: Os lances estão registrados em demonstrativos do sistema COMPRASNET ([0760010](#)) e na ata do certame ([0762170](#)). Não houve recusa de lances.

d) Fases de negociação/aceitação: As ocorrências estão registradas na ata do certame ([0762170](#)) e relatadas pelo Pregoeiro ([0762588](#)). As justificativas apresentadas demonstram que o Pregoeiro, acertadamente, aplicou de forma objetiva os critérios de aceitação de propostas estabelecidas no instrumento convocatório.

e) Item deserto: Para o item 10 não houve interessados.

f) Item fracassado: Os itens 1 e 3 restaram fracassados, em razão de negociações infrutíferas.

g) Fase de Habilitação: Analisados os documentos habilitatórios, o Pregoeiro declarou habilitados os licitantes DARLU INDUSTRIA TEXTIL LTDA para o item 13 ([0761670](#)), EASYTECH INFORMATICA E SERVICOS LTDA para o item 5 ([0761670](#)), ELETROQUIP COMERCIO E LICITACOES LTDA para o item 4 ([0761664](#)), M. ALCIONE DOS SANTOS GONCALVES para os itens 2, 6, 7 e 8 ([0761684](#)), R R G DOS SANTOS para o item 4 ([0761701](#)), RRM SERVICOS E COMERCIO DE CARTUCHOS LTDA para o item 16 ([0761704](#)), GYN COMERCIO DE PRODUTOS EM T.I EIRELI para o



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

item 11 ([0761678](#)), ALEX AUGUSTO FRAGA para os itens 9, 12 e 15 ([0761666](#)) e LSF COMERCIO E SERVIÇOS DE IMPRESSÃO EIRELI ([0761682](#)).

Nesta etapa, o pregoeiro também registrou que o sistema constou a presença de ocorrência impeditivas indireta da empresa DARLU INDUSTRIA TEXTIL LTDA, CNPJ nº 40.233.106/001-79 ([0761670](#)). No que diz respeito a esta funcionalidade do SICAF, convém transcrever a notícia veiculada no sítio eletrônico do extinto Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, sucedido pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG):

Para dar mais segurança aos gestores públicos e ampliar a transparência dos processos licitatórios realizados pelo governo federal, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) implantou uma nova funcionalidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (...). Já na semana passada, o mecanismo tornou possível a verificação do CPF de todos os sócios de uma empresa. (...)

A regra implementada realiza o cruzamento de informações referentes a ocorrências impeditivas indiretas do fornecedor e visa evitar possível tentativa de burla à penalidade de inidoneidade e de impedimento de contratar ou licitar com a Administração Pública, por intermédio de constituição de outra sociedade empresarial, pertencente aos mesmos sócios e que atue na mesma área.

O Tribunal de Contas da União manifestou-se no Acórdão nº 1.831/2014 – Plenário e Acórdão 2.218/2011 - 1ª Câmara, nos quais considerou a possibilidade de extensão de sanção de inidoneidade a outra empresa, por ter havido tentativa de burla a penalidade outrora imposta, utilizando a Egrégia corte de contas do instituto da desconsideração da personalidade jurídica.

Deste modo, a informação apresentada no sistema serve apenas como um alerta, e deverá haver análise caso a caso para fins de comprovação de fraude a qual pode ser caracterizada, dentre outros motivos, por aqueles informados nos acórdãos supracitados.

Assim, constatado o alerta da restrição citada, devem ser avaliadas as circunstâncias, os fatos concretos e os indícios de que houve a criação ou uso de pessoa jurídica exclusivamente com o intuito de possibilitar a burla da pena administrativa anteriormente aplicada.

Havendo indícios suficientes, é necessária a convocação do fornecedor para se manifestar, garantindo a oportunidade de ampla defesa e o contraditório. Consequentemente caso se constate fraude, isso implicará na extensão da decisão pelo impedimento de contratar ao CNPJ consultado. (Disponível em: https://www.sollicita.com.br/Noticia/?p_idNoticia=11219&n=impedimento-indireto-no-sicaf. Acesso em: 20/10/2021)

Destarte, conclui-se que as licitantes com registro de ocorrência impeditiva indireta poderão ser contratadas (seja diretamente ou por meio de licitação), até mesmo porque esta ferramenta não tem o objetivo de obstaculizar as contratações públicas, mas sim alertar a Administração para que esta seja capaz de averiguar com precaução as circunstâncias, os fatos concretos e os indícios de que houve a criação ou uso de pessoa jurídica puramente com intuito de possibilitar a burla aos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

efeitos da sanção aplicada anteriormente a outra empresa. Neste cenário, portanto, não haverá que se falar em habilitação, devendo ser instaurado o processo administrativo para apurar os fortes indícios de fraude, suspendendo o procedimento licitatório até resolução da celeuma ou, afastando cautelarmente esse licitante para apuração da conduta, sem prejuízo da continuidade da licitação com os demais, em razão de a paralisação do certame gerar graves riscos e prejuízos ao interesse público, à luz do princípio da indisponibilidade do interesse público.

No caso ventilado, o pregoeiro, após analisar os dados elencadas no tópico 5.4 de seu relatório (0762588), entendeu não haver elementos suficientes para configurar possível tentativa de burla à penalidade de suspensão temporária da empresa FAMAHA COMÉRCIO DE DEPARTAMENTOS E SERVIÇOS DE LICITAÇÃO LTDA., por intermédio da constituição da licitante citada. Assim, não há indícios concretos de fraude capaz de promover a desconsideração da personalidade jurídica da empresa licitante, nem, consequentemente, de obstar o andamento regular do certame ventilado.

A título complementar, traz-se à colação o posicionamento presente no seguinte trecho do Acórdão 1.831/14 – Plenário do TCU:

Voto:

(...)

6. Em meu modo de ver, três características fundamentais permitem configurar a ocorrência de abuso da personalidade jurídica neste caso:

- a) **a completa identidade dos sócios-proprietários;**
- b) **a atuação no mesmo ramo de atividades;**
- c) **a transferência integral do acervo técnico e humano.** (sem grifos no original)

Levando isso em consideração, in casu, a Administração careceria da presença de outros elementos capazes de evidenciar de forma contundente a fraude por parte da empresa licitante, a se somarem àqueles que o pregoeiro apontou. Assim, não se pode sustentar a desconsideração da personalidade jurídica, não havendo irregularidade na habilitação ocorrida no procedimento em análise.

Caso a autoridade competente infira de forma diversa ao posicionamento do pregoeiro quanto a desconsideração da personalidade jurídica da empresa, será imprescindível a instauração de procedimento administrativo para apuração minuciosa da conduta, observando o contraditório e ampla defesa.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Ademais, é importante destacar que a penalidade mencionada não é hipótese que impede a licitante DARLU de participar do certame, consoante se verifica no subtópico 4.3 do Edital 23/2021:

4.3. Não poderão participar deste pregão eletrônico pessoas jurídicas enquadradas em quaisquer das hipóteses a seguir elencadas:

(...)

e) em cumprimento de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração (art. 87, inciso III, da Lei 8.666/93) imposta por este Tribunal desde que o ato tenha sido publicado na imprensa oficial ou registrado no SICAF, (Acórdão TCU n. 3.243/2012-Plenário e Acórdão TCU n. 2.242/2013 – Plenário) (sem grifo no original).

Embora se entenda não ser o caso de desconconsideração de personalidade jurídica, destaca-se que a autoridade superior, se assim entender, poderá encaminhar os autos ao Ministério Público, fornecendo informações escritas sobre o fato, a autoria e as circunstâncias em que se deu a ocorrência, ao qual competirá a promoção da respectiva ação penal, como pontuado pelo pregoeiro.

h) Recursos: Não houve.

13. Observa-se que os prazos recursais se encontram vencidos pela preclusão temporal, em face do disposto no inciso XX do art. 4º da Lei nº 10.520/02, já que houve oportunidade e exercício de manifestação recursal contra os atos do Pregoeiro, **hipótese em que a lei autoriza a adjudicação do objeto licitado às empresas vencedoras.**

14. Destarte, evidencia-se que restaram atendidas as diretrizes da legislação correlata ao pregão e da Lei nº 8.666/93, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o que o torna legítimo e apto a produzir os efeitos legais necessários à formalização da contratação.

15. É importante registrar que, mesmo restando **desertos e fracassados os itens acima citados** na licitação, o procedimento licitatório foi marcado pela isonomia e probidade, tendo como norte a obtenção de preço mais vantajoso, bem como **transcorreu de forma regular**, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata da Sessão Pública (0762170). Desta forma, para resolução do fracasso da licitação tem-se as seguintes opções: repetição do certame licitatório ou contratação direta por dispensa de licitação.

16. Caso não haja prejuízo, em razão da demora, de outro procedimento licitatório, a Administração poderá pleitear a **repetição do certame**. Nesse caso específico a SEALM deverá se manifestar acerca da repetição do certame. Considerando as justificativas



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

apresentadas pela unidade técnica solicitante da aquisição, **poderá** afigurar-se inviável a repetição do certame sem o risco de prejuízos. Dessa forma, será analisada a possibilidade de contratação direta prevista no **inciso V do artigo 24 da Lei nº 8.666/93**, que trata de licitações desertas e fracassadas.

17. Sobre o tema, é importante observar o que preceitua o **referido dispositivo legal**, que estabelece ser **dispensável a licitação** quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração Pública, **mantidas**, nesse caso, todas as **condições preestabelecidas**.

18. O entendimento de que os casos de ausência de licitantes interessados a que alude o art. 24, V, da Lei nº 8.666/93 **abarca tanto as situações de licitações com itens desertos quanto às licitações com itens fracassados** ancora-se no escólio de Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, o qual afirma que “**não se pode acolher como interessado àquele que comparece sem ter condições jurídicas para contratar**” ou, ainda, aquele que “**formula proposta que não atende aos requisitos do ato convocatório, ou vem a ter desclassificada sua proposta**, na forma do art. 48 da Lei nº 8.666/93” (sem grifo no original).

19. A respeito da admissibilidade de aplicação da dispensa citada, veja-se abaixo o posicionamento da Corte de Contas Nacional com relação a este tema:

Observa a Unidade Técnica que, de fato, o autor citado entende como desinteresse pela licitação os casos de não acudirem licitantes, ou todos serem desqualificados ou nenhuma proposta classificada como se lê na sua obra *Direito Administrativo Brasileiro*, Malheiros, 26ª ed., p.264. No entanto, observa que a doutrina diferencia licitação deserta de fracassada, no dizer de Zanella Di Pietro, em *Direito Administrativo*, Atlas, 14ª ed., p. 313 e em face da divergência doutrinária procurar arrimo na jurisprudência prevalecente desta Corte de Contas onde se busca o fundamento jurídico último, a ratio juris do inciso V do art. 24 da Lei nº 8.666/1993, que é obstar a ocorrência de algum prejuízo à Administração por conta da injustificada repetição de um procedimento licitatório, autorizando-se a contratação direta quando a licitação anteriormente realizada, por razões alheias à ação do Poder Público, não logra êxito. Mesmo assim, defende que essa alegada possibilidade de ocorrência de prejuízo à Administração por conta da repetição do certame, assim como a presumível eliminação daquele prejuízo com a imediata contratação direta, ou mesmo por que não se iniciou o procedimento licitatório anteriormente, deverá estar convincentemente demonstrada por parte do órgão desejoso de contratar, visto ser isso o que inequivocamente deflui do preceito legal em comento ao aludir à licitação que, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração. **Acórdão 551/2002 Segunda Câmara (Relatório do Ministro Relator).**

20. Nesse contexto, essa dispensa estaria, ainda, respaldada nos princípios do interesse público, da economicidade e da eficiência, pois se a Administração efetivar todas as tentativas para obter sucesso em sua



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

licitação e, mesmo assim, esta não seja concretizada, o serviço público não pode ser prejudicado, sendo possível a aplicação da dispensa.

21. Ainda, conforme o magistério do doutrinador citado, a aplicação de dispensa de licitação capitulada no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93, requer o atendimento de 05 (cinco) requisitos serem observados pela administração, se persistir interesse na aquisição/contratação:

- a) ocorrência de licitação anterior;
- b) ausência de interessados;
- c) risco de prejuízo caracterizado ou demasiadamente aumentado pela demora decorrente de processo licitatório;
- d) inevitabilidade do prejuízo mediante contratação direta e;
- e) manutenção das condições ofertadas no ato convocatório anterior.

22. Reforça-se que todos os requisitos deverão ser devidamente preenchidos e estar criteriosamente informados nos autos, de modo que se possa fundamentar a contratação direta.

23. Nesse sentido, escorado no entendimento ampliativo da Corte de Contas, **se assim entender a Administração**, há possibilidade jurídica de enquadrar a contratação pretendida sob o pálio do **art. 24, V, da Lei nº 8.666/93**, **ressaltando que a Administração deverá validar a existência de eventual prejuízo na espera de novo certame**. De toda forma, optando pela contratação direta, deverão ser observadas todas as condições estabelecidas no certame preambular, notadamente o preço estimado para a contratação. **A este respeito, Decisão TCU nº 103/1998 – Plenário e Acórdão TCU nº 2219/2010-Plenário.**

IV – DA CONCLUSÃO

24. Ante o exposto, e por tudo o que dos autos consta, esta Assessoria Jurídica opina pela **homologação do certame**, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação (**0762171**), com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02, nos moldes já especificados.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

25. No tocante ao pedido de revogação do Pregão Eletrônico nº 10/2021 sugerida pela SLC, ao final do seu Relatório (0768293), entende-se que não há óbice jurídico na prática deste ato, pois se trata de uma limitação do sistema Comprasnet, a qual foi explicada no tópico 3 do Relatório do pregoeiro.

26. Reafirmar-se a possibilidade de a Administração, caso entenda necessário, optar pela contratação direta dos itens fracassados com base no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93, ou realizar o cadastramento dos itens específicos no Sistema COMPRASNET para recebimento de aviso de IRP de outros órgãos, ou ainda, se assim convier, a construção de um novo certame para os objetos dos itens deserto e fracassados.

27. A Administração deverá justificar a necessidade da contratação imediata ou se a repetição do certame poderá acarretar eventual prejuízo ao andamento dos serviços. Ademais, recomenda-se que o Administrador investigue as causas pelas quais a disputa não logrou êxito com objetivo de apurar, por exemplo, falhas na elaboração do edital, nas especificações do objeto, ou na pesquisa de preços realizada.

Submete-se à consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL, Analista Judiciário**, em 03/12/2021, às 15:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA, Assessor Jurídico da Diretoria Geral**, em 03/12/2021, às 15:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0768293** e o código CRC **9CEA22A5**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0000835-28.2020.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE ALMOXARIFADO

ASSUNTO: Homologação do Pregão Eletrônico n. 23/2021 - Formação de Registro de Preços – contratação de pessoa jurídica para fornecimento de material de processamento de dados.

DESPACHO Nº 1694 / 2021 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da Seção de Almocharifado (SEALM), com o objetivo de eventual aquisição de **MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS**, via Sistema de Registro de Preços, para suprir as necessidades ordinárias do estoque da Seção de Almocharifado deste Tribunal, no exercício de 2021 e 2022 ([0512589](#)).

Vieram os autos a esta Diretoria-Geral para análise final do processo licitatório, com vistas à homologação do Pregão Eletrônico SRP nº 23/2021 ([0753550](#)), realizado nas mesmas condições que o Pregão Eletrônico SRP nº 10/2021 ([0713340](#)), cuja sessão de abertura foi suspensa em razão da necessidade de revisão e retificação no TR e Edital, como se verifica no Despacho nº 937/2021 – PRES/DG/GABDG (0718390) e Aviso de suspensão publicado no DOU nº 139/2021 ([0718773](#)).

Não houve pedido de esclarecimento, nem impugnação ao edital.

O pregoeiro trouxe aos autos relatório de propostas ([0760010](#)), a Ata do Certame ([0762170](#)), resultado por fornecedor ([0762173](#)), termo de adjudicação ([0762171](#)) e a comprovação de sua publicação no Diário Oficial da União e no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral ([0762741](#)). Por fim juntou o Relatório nº 48/2021 - PRES/DG/SAOFC/COMAP/SLC ([0762588](#)), expondo as principais ocorrências do certame e encaminhou os autos à Assessoria Jurídica desta Diretoria-Geral para análise ([0762742](#)).

No dia e horário agendados, o Pregoeiro iniciou a operação da Sessão Pública deste Pregão Eletrônico. Cumpridas as fases de julgamento de propostas e habilitação, o Pregoeiro declarou habilitadas as licitantes ALEX AUGUSTO FRAGA, CNPJ 40.849.731/0001-20, para os itens 09, 12 e 15 ([0761666](#)); DARLU INDUSTRIA TEXTIL LTDA, CNPJ 40.223.106/0001-79, para o item 13 ([0761670](#)); EASYTECH INFORMATICA E SERVICOS LTDA, CNPJ 05.462.543/0001-44, para



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

o item 5 ([0761673](#)); ELETROQUIP COMERCIO E LICITACOES LTDA, CNPJ 05.854.663/0001-97, para o item 4 ([0761664](#)); GYN COMERCIO DE PRODUTOS EM T.I EIRELI, CNPJ 30.426.527/0001-43, para o item 11 ([0761678](#)); LSF COMERCIO E SERVICOS DE IMPRESSAO EIRELI, CNPJ 29.500.349/0001-74, para os itens 17 a 24 ([0761682](#)); M. ALCIONE DOS SANTOS GONCALVES, CNPJ 10.934.762/0001-19, para os itens 02, 06, 07 e 08 ([0761684](#)); R R G DOS SANTOS, CNPJ 35.711.699/0001-82, para o item 14 ([0761704](#)); e RRM SERVICOS E COMERCIO DE CARTUCHOS LTDA, CNPJ 12.010.075/0001-32, para o item 16 ([0761704](#)).

Não houve registro de intenção de recurso.

A Assessoria Jurídica opinou, em síntese, pela homologação do certame, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação ([0762171](#)), com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02 e pela possibilidade de a Administração, caso entenda necessário, optar pela contratação direta dos itens fracassados com base no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93, ou realizar o cadastramento dos itens específicos no Sistema COMPRASNET para recebimento de aviso de IRP de outros órgãos, ou ainda, se assim convier, a construção de um novo certame para os objetos dos itens deserto e fracassados (Parecer Jurídico n. 223/2021 - evento [0768293](#)).

Analizados os documentos que compõem os autos e os fundamentos contidos na conclusão do parecer supracitado, constata-se que foram obedecidos os princípios e procedimentos das Leis n. 8.666/93 e n. 10.520/2002 e do Decreto n. 10.024/2019, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório.

Observa-se que o procedimento transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata do Pregão Eletrônico ([0762170](#)).

Nesses termos, pela competência delegada pelo inciso V do art. 1º da Portaria GP n. 66/2018, **HOMOLOGO O PREGÃO ELETRÔNICO SRP n. 23/2021**, com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02, consoante Termo de Adjudicação ([0760138](#)), e **REVOGO o Pregão Eletrônico SRP nº 10/2021**, tendo em vista que não foi possível republicar o edital ajustado com reabertura de prazo utilizando o mesmo "número de pregão", em razão de limitação do sistema Comprasnet em permitir realizar os ajustes no pregão publicado (e suspenso) para o conformar com os ajustes ocorridos no TR.

Efetuada a homologação do Pregão no Sistema Comprasnet, à SLC para juntar o extrato de homologação nos presentes autos, bem como



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

registrar a revogação do Pregão Eletrônico SRP nº 10/2021 no referido sistema.

À COMAP, para se manifestar sobre a contratação direta dos itens 1 e 3 (fracassados) e 10 (deserto), com base no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93, **demonstrando a existência de eventual prejuízo na espera de novo certame**, cadastramento dos itens específicos no Sistema COMPRASNET para recebimento de aviso de IRP de outros órgãos ou pela realização de novo certame para aquisição futura.

A unidade solicitante deverá investigar as causas pelas quais a disputa não logrou êxito, com objetivo de apurar, por exemplo, falhas na elaboração do edital ou nas especificações do objeto, conforme mencionado no item 27 do Parecer Jurídico n. 223/2021 ([0768293](#)).

Por fim, devolvam-se os autos à Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SAOFC para continuidade dos procedimentos necessários à contratação.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 22/12/2021, às 14:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0769184** e o código CRC **AC284709**.